

STJ00115311

EDUARDO PASSOLD REIS

# MÁ-FÉ PROCESSUAL

ESTUDO SOBRE COERÊNCIA JUDICIAL E  
CRITÉRIOS DE DECISÃO

Londrina/PR  
2022

  
**THOTH**  
EDITORA

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Reis, Eduardo Passold.  
**Má-fé processual: Estudo sobre coerência judicial e critérios de decisão.**  
 / Eduardo Passold Reis. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

221 p.  
 Bibliografias: 203-219  
 ISBN 978-65-5959-261-6

1. Direito Processual Civil. 2. Má-fé processual. I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Revisão:** Claudia Vanessa Bergamini  
**Editor chefe:** Bruno Fuga  
**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes  
**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Junior

### Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

### Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tarruce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

1228455

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

## CAPÍTULO I

OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DO CONTRADITÓRIO E DA BOA-FÉ: ASPECTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E IMPLEMENTAÇÃO NA PROCESSUALÍSTICA CONTEMPORÂNEA.....	21
--	----

1.1 O Estado Constitucional, a afirmação dos direitos fundamentais e sua influência sobre o Processo.....	23
---	----

1.2 Interação entre princípios e regras: busca contínua pela construção da ordem jurídica.....	27
--	----

1.3 O princípio do contraditório como fundante do conceito de Processo.....	38
---	----

1.3.1 Raízes históricas e na Teoria Geral do Direito.....	38
---	----

1.3.2 Aspectos teórico-normativos destacados.....	42
---	----

1.4 O princípio da boa-fé como regente das relações sociais humanas.....	46
--	----

1.4.1 Aproximação histórica.....	46
----------------------------------	----

1.4.2 Questões teóricas relevantes e aplicação no campo do Processo Civil.....	51
--	----

1.5 Considerações sistematizadas sobre o princípio da boa-fé no Processo Civil e diálogos com o princípio do contraditório.....	55
---	----

1.5.1 Aspectos dogmático-normativos.....	58
--	----

1.5.2 Aspectos ético-deontológicos.....	67
---	----

1.5.3 Aspectos pragmático-comportamentais.....	76
--	----

## CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA EMPÍRICA EMPREENDIDA E A COLETA DE DADOS A PARTIR DOS JULGADOS PESQUISADOS..	89
---	----

2.1 Questões operacionais prévias.....	89
--	----

2.2 Análise descritiva dos resultados .....	96
2.3 Análise dos dados por casos .....	119

### **CAPÍTULO III**

#### **DIMENSÃO ANALÍTICA DA PESQUISA QUALITATIVA: COMPREENDENDO DADOS E RESULTADOS PARA A BUSCA POR SENTIDOS E CAMINHOS..... 127**

3.1 Exercício regular de posição jurídica não constitui litigância de má-fé.....	129
3.2 Alteração da verdade dos fatos/Alteração da verdade dos fatos não reconhecida como litigância de má-fé.....	133
3.3 Pretensão de rediscussão da matéria e concessão de efeito infringente em Embargos de declaração / Embargos de Declaração não acolhidos – ausência de imposição de multa.....	136
3.4 Absolvição, no segundo grau, de condenação por litigância de má-fé / pena de improbidade processual aplicada pelo primeiro grau.....	143
3.5 Alegação genérica de litigância de má-fé / Pleito genérico de afastamento de condenação não é atendido .....	147
3.6 Omissão dolosa / Omissão de fatos irrelevantes ao julgamento / Apresentação de documentos incongruentes ou incompletos: inexistência de litigância de má-fé.....	152
3.7 Equívocos na postulação não constituem litigância de má-fé / Ausência de elemento subjetivo para configuração da litigância de má-fé / Confusão / Culpa grave / Atuação temerária / Distinção entre o plano material e o plano processual do exercício da má-fé.....	158
3.8 Preocupação panprocessual externada pelo órgão julgador .....	166
3.9 Repetição e duplicidade de demandas configura litigância de má-fé / Fato incontroverso / Literal disposição de Lei / Comportamento duplice ou comportamento contraditório / Preclusão / Precedentes e litigância de má-fé.....	171
3.10 Ponderações complementares alusivas às sanções a atos de má-fé processual aplicadas pelos órgãos julgadores .....	184
3.11 Notas conclusivas .....	195

CONCLUSÃO..... 199

REFERÊNCIAS..... 203

APÊNDICE .....

221